



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
 Universidade Federal da Paraíba

Visibilizar os(as) invisibilizados(as): a formação continuada de professores(as) da EJA para o atendimento às pessoas idosas

Visibilizar a los(as) invisibilizados(as): la formación continua de docentes de la EJA para la atención a las personas mayores

RESUMO

Este artigo tem como temática central a formação de professores(as) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para o atendimento às pessoas idosas nas instituições de ensino, oportunizando visibilizar os(as) invisibilizados(as). Assim sendo, objetiva-se discutir a formação inicial e continuada destes(as) docentes, problematizando as lacunas existentes em suas respectivas composições profissionais e suscitando debates acerca da escassez de estudos e aperfeiçoamentos direcionados ao desenvolvimento de ações didático-pedagógicas para as pessoas idosas, levando em consideração suas particularidades nos modos de aprender, de se relacionar e de experienciar as vivências estudantis. No que tange aos aspectos teórico-metodológicos, a pesquisa possui natureza pura, isto é, básica, cuja abordagem se caracteriza por ser qualitativa e a técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica direcionada. Os(as) principais autores(as) referenciados(as) foram Hadji (2002), Imbernón (2010), Joaquim, Oliveira e Pesce (2021), Evangelista e Osório (2022), Santos e Fonseca (2023), Santos e Machado (2024), Santos (2024), entre outros(as). Espera-se, portanto, que este trabalho contribua para os(as) demais pesquisadores(as) da área educacional, os(as) quais ainda enxergam na EJA uma possibilidade de mudança social, principalmente, através das transformações de suas próprias realidades.

Palavras-chave: Formação de Professores(as). Educação de Jovens e Adultos. Pessoas Idosas.

RESUMEN

Este artículo tiene como temática central la formación de profesores de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) para la atención de las personas mayores en las instituciones educativas, brindando la oportunidad de visibilizar a los invisibilizados. Por lo tanto, se tiene como objetivo discutir la formación inicial y continua de estos docentes, problematizando las lagunas existentes en sus respectivas composiciones profesionales y suscitando debates sobre la escasez de estudios y mejoras dirigidas al desarrollo de acciones didáctico-pedagógicas para las personas mayores, considerando sus particularidades en las formas de aprender, relacionarse y experimentar las vivencias estudiantiles. En cuanto a los aspectos teórico-metodológicos, la investigación es de naturaleza pura, es decir, básica, cuya aproximación se caracteriza por ser cualitativa, y la técnica utilizada fue la investigación bibliográfica dirigida. Los principales autores referenciados fueron Hadji (2002), Imbernón (2010), Joaquim, Oliveira y Pesce (2021), Evangelista y Osório (2022), Santos y Fonseca (2023), Santos y Machado (2024), Santos (2024), entre otros. Se espera, por lo tanto, que este trabajo contribuya a otros investigadores del área educativa, quienes aún ven en la EJA una posibilidad de



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

cambio social, principalmente a través de las transformaciones de sus propias realidades. **Palabras claves:** Formación de Docentes. Educación de Jóvenes y Adultos. Personas Mayores.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o debate acerca da formação inicial e continuada de professores(as) da EJA para o atendimento à diversidade dentro dos espaços escolares tem ganhado forma, haja vista a ampla pluralidade de sujeitos e grupos marginalizados que adentram nesta modalidade educativa. Logo, começa-se a pensar nas especificidades destes indivíduos e de que modo podem ser desenvolvidas pelas instituições de ensino, a partir de seus respectivos docentes, práticas pedagógicas inclusivas e direcionadas às singularidades deste público, as quais, em seu escopo, abarquem suas reais necessidades, seus contextos, suas variadas maneiras de aprender e de se relacionar consigo e com outrem.

Tem-se percebido, porém, numa perspectiva geracional, que as discussões sobre as supracitadas temáticas vêm canalizando seus esforços para o desdobramento de estratégias educacionais focalizadas nos jovens e adultos(as), visto que a atenção dada às pessoas idosas, dentro deste debate, ainda é ínfima. Pensar a formação de professores(as) da EJA para lidar com a velhice e todas as suas facetas está sendo um intenso desafio, considerando que, quase sempre, os(as) idosos(as) são privados de participarem, plenamente, da sociedade, assim como evidenciam Santos e Machado (2024, p. 263), ao proferir que, ao decorrer da história e “em sua grande maioria, os(as) idosos(as) tiveram seus direitos negados e seus processos de sociabilidades negligenciados”.

Por estes motivos, objetiva-se, neste artigo, discutir a formação inicial e continuada de professores(as) da EJA para o atendimento às pessoas idosas nas instituições escolares, problematizando as lacunas existentes em suas respectivas



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

composições profissionais, bem como a escassez de estudos e aperfeiçoamentos direcionados ao desenvolvimento de ações didático-pedagógicas para a referida comunidade, levando em conta suas particularidades nos modos de aprender, de se relacionar e de experienciar as vivências estudantis. Faz-se necessário, sobretudo, visibilizar os(as) invisibilizados(as), romper estereótipos geracionais, desmistificar a velhice e compreendê-la, paradoxalmente, como uma fase singular e plural, elucidando a significância deste período na vida do ser humano.

Concernente aos aspectos teórico-metodológicos, este trabalho possui natureza pura, isto é, sua finalidade é básica, considerando a ampliação do debate acerca da temática, pois seus objetivos são exploratórios, visando uma aproximação com o fenômeno investigado. A abordagem é qualitativa, cujo foco está no entendimento de algumas especificidades do objeto estudado. A técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica direcionada, haja vista que “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Miotto, 2007, p. 38). Ademais, os(as) principais autores(as) referenciados(as) foram Hadji (2002), Imbernón (2010), Joaquim, Oliveira e Pesce (2021), Evangelista e Osório (2022), Santos e Fonseca (2023), Santos e Machado (2024), Santos (2024), entre outros(as).

Pessoas idosas na Educação de Jovens e Adultos: da igualdade à especificidade

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino assegurada, a princípio, pela Constituição Federal de 1988, a qual, em seu artigo 208, inciso VI, garante a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições e particularidades do(a) estudante. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, também corrobora a garantia legal da EJA, ao atestar, no artigo 37, que a educação de jovens e adultos será destinada àqueles(as) que não



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade dita como própria, constituindo-se, portanto, instrumento para a educação e aprendizagem ao longo da vida. Ademais, em seu artigo 38, a mesma LDB assevera que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, os quais compreenderão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), habilitando o prosseguimento dos estudos em caráter regular.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2023, havia cerca de 9,3 milhões de sujeitos com 15 anos de idade ou mais não alfabetizados(as) no Brasil, equivalendo a uma porcentagem de 5,4% da população brasileira, que, por diversos motivos, não conseguiram se alfabetizar, com destaque para os indivíduos da região Nordeste. Dentre esta parcela, as pessoas idosas são as mais afetadas, tendo em vista que, no contexto brasileiro, o analfabetismo está relacionado, intrinsecamente, à idade, quanto mais velha for a comunidade populacional, maior o índice de não escolarização deste povo. Ainda em 2023, aproximadamente 5,2 milhões de pessoas não alfabetizadas possuíam idade igual ou superior aos 60 anos. Interligado a este fator etário, tem-se, ainda, outras variantes como gênero, etnia, classe socioeconômica e aspectos geoculturais.

A partir de então, surge a necessidade de pensar para além das políticas educacionais voltadas à inserção do público idoso nos processos de escolarização. Os dados supramencionados evidenciam, sobretudo, a urgente demanda na idealização de práticas pedagógicas e metodologias de ensino direcionadas às especificidades destes sujeitos, as quais devem seguir na tentativa de garantir não apenas o acesso das pessoas idosas às escolas, mas, também, sua permanência, sendo-lhes ofertadas uma educação digna, de qualidade e específica, conforme suas peculiaridades educativas.

Compreende-se, logo, que todas estas questões perpassam pela formação inicial e continuada dos(as) professores(as) que atendem esta comunidade em suas respectivas



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

salas de aula. Refletir sobre a própria prática é um movimento dinâmico, dialógico e dialético essencial para suprimos as novas demandas trazidas pelos novos tempos, pautados sob um ideário crítico, decolonial e latino-americano, rechaçando todos e quaisquer tipos de discriminação, capacitismo, racismo, misoginia, xenofobia, lgbtqiapnb+fobia e, principalmente, o etarismo. Acerca das atuais demandas da EJA e seu inadiável entendimento sobre as pautas da atualidade, Santos e Fonseca (2023, p. 198) salientam que:

Embora, teoricamente, a EJA seja uma modalidade de ensino importante por oportunizar a continuidade dos estudos aos(as) alunos(as) que, outrora, tiveram seu direito de estudar negado na chamada idade própria, ainda há muito que se trabalhar para que essa garantia seja, efetivamente, consolidada, com o intuito de que, assim, todas as pessoas possam usufruir dos benefícios que a aquisição da aprendizagem pode trazer. Sobretudo, se esse conhecimento for libertador, no sentido freiriano de ser, e propicie aos educandos(as) idosos(as) a possibilidade de esperar por dias, situações e tempos melhores [...].

Muitos são os aspectos que a EJA necessita melhorar, especialmente quando tratamos sobre o atendimento às pessoas idosas, pois o que se tem visto é uma modalidade de ensino juvenilizada, onde os jovens e adultos se sobressaem aos idosos, causando imensas lacunas nas aprendizagens deste público. Há de se lançar olhar sobre a impossibilidade de transposição de métodos e técnicas de ensino infantil para utilização com os(as) mais velhos(as), dadas as particularidades de aprendizagem e aquisição do conhecimento dos sujeitos idosos. Esta comunidade possui uma maneira própria de aprender, onde seus múltiplos contextos devem ser considerados, seja na sala de aula ou nos demais espaços escolares, visto que as relações sociais estabelecidas dentro das instituições de ensino também fazem parte do processo educativo.

Em consonância com Evangelista e Osório (2022), a aprendizagem e, conseqüentemente, a educação na fase da velhice está atrelada a qualidade de vida, tendo em vista que as diversas atividades, efetuadas nos estabelecimentos de ensino que



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tais como: exercícios físicos, dinâmicas mentais, ações sociais, práticas lúdicas e (re)criativas, postergam, consideravelmente, as perdas das habilidades e competências sensoriais, cognitivas e interpessoais, mantendo-os imersos na sociedade por mais tempo. A escolarização deve caminhar em direção a percepção crítica da realidade por parte destes sujeitos idosos, propiciando o (re)conhecimento de seus direitos e deveres perante o Estado e fazendo com que eles(as) percebam que:

A educação e a escola são, também, direitos garantidos legalmente às pessoas que estão na fase da velhice. Assim, elas podem estar presentes em espaços privilegiados que possuem funções sociais, podem construir e exercitar conscientemente a cidadania, bem como se reconhecerem como parte integrante e atuante da comunidade. Nesse sentido, quando se trata de educação, percebemos, nitidamente, que é necessário uma revisão e aperfeiçoamento de ações e políticas públicas que valorizem, defendam e respeitem o direito dos idosos à educação e à presença nas escolas, principalmente, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Evangelista; Osório, 2022, p. 430).

O Estatuto da Pessoa Idosa, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, por exemplo, é um dos aparatos legais que regula os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. Este dispositivo garante uma educação diferenciada conforme as necessidades do público idoso, ao afirmar, em seu artigo 20, que “a pessoa idosa tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”. Além disso, corroborando este ideário, o artigo 21 desta lei ainda certifica que “o poder público criará oportunidades de acesso da pessoa idosa à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinados”, isto é, delegando ao Estado a obrigação de fornecer aprendizagens diferenciadas e específicas à referida comunidade geracional.



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

Além do mais, o artigo 21 do supracitado Estatuto traz, no primeiro parágrafo, a defesa de que “os cursos especiais para pessoas idosas incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna”. Logo, a partir desta prerrogativa, torna-se urgente a aquisição plena da prática social de Letramento Digital (LD) por parte dos(as) idosos(as). Para o melhor entendimento, o Letramento Digital é a capacidade de ler e escrever em ambientes e ferramentas tecnológicas, manuseando, de forma eficiente, diversos instrumentos digitais como computadores, celulares, *tablets* ou, até mesmo, caixas eletrônicos. Sob a perspectiva crítica, o Letramento Digital deve ser a habilidade de condução e manipulação das novas tecnologias, utilizando-as como equipamentos elementares em suas práticas socioculturais de modo autocrítico e reflexivo, fazendo com que o mundo tecnológico esteja, antes de tudo, a serviço do próprio ser humano.

No que diz respeito a esta discussão, Santos e Machado (2024, p. 260) suscitam e apoiam o debate, ao proferir que “concernente às pessoas idosas serem letradas digitalmente, esta habilidade tem se mostrado, cotidianamente, inescusável, pois propicia ações inclusivas e ameniza os efeitos causados nos(as) idosos(as) por serem excluídos(as) das rotinas e vivências sociais”. É válido salientar que as pessoas idosas sofrem inúmeras formas de exclusão, por vezes evidenciada socialmente, através das ações cotidianas, onde delegamos a elas o despreparo e a ineficiência, por outras vezes percebidas nos discursos, nos olhares, nas relações, nas instituições e nos espaços escolares, os quais deveriam, obrigatoriamente, recebê-las de modo lícito, adequado e respondendo, eficazmente, as suas necessidades educativas, sejam elas quais forem.

O Letramento Digital se apresenta como competência essencial para o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas com as pessoas idosas, assim como nos ensinam Joaquim, Oliveira e Pesce (2021), ao anunciar que o LD pode ser um dispositivo de inclusão digital e, por consequência, social, possuindo um amplo potencial de empoderar as pessoas idosas e os demais grupos subalternizados, ou seja, um



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

empoderamento de classe, cuja capacidade vital poderá subverter as relações de poder estabelecidas no seio da sociedade. Quando aliado à uma perspectiva educacional crítica, como, por exemplo, a Educação Popular ou a Educação ao Longo da Vida, o Letramento Digital corrobora, significativamente, para o desenvolvimento de uma educação justa, digna, democrática e de qualidade, bem como propicia uma autodefesa concernente à desinformação na era digital, a qual atinge, em sua grande maioria, por meio das *fakes news*, as pessoas idosas.

A partir de então, começa-se a pensar na Educação ao Longo da Vida, em diálogo com a Educação Popular, enquanto ferramentas essenciais para desenvolvimento autônomo da pessoa idosa, estimulando a criticidade destas e as preparando para os confrontos contra as *fakes news*. O LD, sob essas perspectivas educativas, pode propor uma visão mais ampla acerca dos acontecimentos mundanos e uma maior perspicácia na verificação da autenticidade das notícias que circulam nos espaços virtuais e pessoais do cotidiano. Isto interfere, diretamente, na construção da autonomia dos(as) idosos(as), tendo em vista a possibilidade de propiciar um panorâmico fluxo de navegação no ciberespaço e um eficiente domínio das plataformas e aplicativos digitais utilizados nas ações do dia a dia (Santos, 2024, p. 80).

As mudanças advindas com os novos tempos, seja na esfera social ou escolar, têm trazido outras demandas às instituições de ensino, exigindo que os(as) docentes estejam preparados(as) para lidar com a diversidade, principalmente, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. O currículo pós-crítico propõe que as escolas se voltem para o multiculturalismo, a fim de que todas as demandas, quer sejam elas étnicas, religiosas, socioculturais, econômicas ou geracionais, sejam, prontamente, atendidas. Portanto, é necessário pensar em práticas pedagógicas direcionadas às especificidades das pessoas idosas, haja vista suas particularidades nos modos de aprender, ensinar, conviver e sociabilizar com as outras pessoas. Os estabelecimentos escolares, por meio de seus educadores(as), devem, sobretudo, proporcionar um ambiente inclusivo, acolhedor e significativo para este público, compreendendo que todas estas questões perpassam pela formação inicial e continuada de seus profissionais.



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

Novas perspectivas formativas para os(as) professores(as) da EJA: a velhice enquanto debate necessário

Na atualidade, a formação inicial e continuada de professores(as) tem exigido atualizações constantes, devido às recorrentes mudanças que se tem visto e percebido nos âmbitos escolares, acadêmicos e tecnológicos. Hadji (2002, p. 167) ressalta esta problemática afirmando que com o surgimento dos novos públicos estudantis e com “o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, as atividades de ensino desdobram-se hoje em condições transformadas, que convidam a uma reflexão sobre as modalidades de formação de professores que sejam as mais apropriadas a esse novo contexto”. Isto tem exigido a implementação de novas perspectivas formativas, abarcando novas temáticas, metodologias, técnicas e abordagens de ensino, haja vista a multiculturalidade dos(as) educandos(as) e as complexas demandas étnicas, geracionais, socioeconômicas e educativas que têm surgido no seio das escolas e da sociedade.

Desta forma, a fim de elucidar este debate, convém salientar que a formação inicial é compreendida como o período que serve de alicerce para a atuação profissional do indivíduo, isto é, o princípio de seu itinerário formativo, o qual, geralmente, ocorre durante a graduação ou curso técnico profissionalizante, contando com uma base teórica e prática de conhecimentos historicamente construídos. Já a formação continuada é o prolongamento desta jornada, após ou, até mesmo, durante o desenvolvimento da formação inicial, onde o(a) profissional, paulatinamente, vai se atualizando e adquirindo novas habilidades e competências para lidar com as novas demandas que vão se revelando ao desdobrar dos anos e, principalmente, com as gêneses das tecnologias modernas que, demasiadamente, multiplicam-se na era digital.

Concernente à formação inicial de professores(as), em consonância com Lima, Medeiros e Sarmiento (2012, p. 5), ela “deve contribuir no desenvolvimento ‘global’ da



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

profissionalização docente, ou seja, promover um profissional com determinadas competências e saberes que lhe dê condições de continuar ou modificar seu grau de profissionalização [...]”. Todavia, sabe-se que os currículos dos cursos e suas respectivas ementas ideologizam e moldam os(as) profissionais que as instituições querem lançar no mundo do trabalho, fazendo com que haja disputas ideológicas e políticas, lideradas por aqueles(as) que coordenam e estão à frente destes estabelecimentos de ensino. É fundamental compreendermos o currículo enquanto espaço de embates pela manutenção do poder, o que tem causado inúmeras lacunas na formação de professores(as), principalmente, nos cursos de licenciaturas das universidades públicas e privadas, deixando de lado, por exemplo, temáticas que abordam e discutem questões geracionais no âmbito escolar e acadêmico.

No que tange à formação continuada docente, Imbernón (2010), de modo ambicioso e otimista, profere que, atualmente, é necessário desenvolver novas perspectivas na contínua jornada formativa dos(as) professores(as), tendo em vista que, ultimamente, este campo tem sofrido diversos retrocessos, assim como é pontuado por ele:

Existem muitas coisas que funcionam, e não nego que se avançou bastante, mas, sob meu ponto de vista, os últimos anos da formação continuada de professores, e, sendo mais específico, desde princípios do século XXI, significaram um retrocesso ou, para ser mais benevolente ou exato, um estancamento, certa nostalgia para alguns, preocupação para outros e certo desconforto sobre o tema para a maioria (Imbernón, 2010, p. 7).

Desta forma, isto nos faz pensar na urgente idealização e materialização de novas perspectivas formativas para o atendimento às pessoas idosas, as quais irão englobar debates acerca da velhice, dos choques geracionais e, sobretudo, da garantia efetiva à educação, onde, esta última, encontra-se, intimamente, relacionada com a formação efetiva de docentes, ao considerar que “mesmo diante dos avanços que a modalidade EJA



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

alcançou nos últimos anos, quando nos referimos ao acesso, permanência e êxito das pessoas idosas, ainda se percebem grandes lacunas” (Andrade, Lopes e Silva, 2021, p. 55). Cabe problematizar, ainda, que o acesso, a estadia e o sucesso escolar do(a) idoso(a) na Educação de Jovens e Adultos perpassam pela adequação formação e aplicação de métodos, técnicas e abordagens de ensino propícias as condições e particularidades deste corpo discente específico, porém diverso e pluralizado.

Marques e Pachane (2010) afirmam que a presença da pessoa idosa é bastante frequente no cotidiano das salas de aula da EJA, no entanto, segundo as autoras, podemos indagar se a formação oferecida ao profissional da pedagogia é suficiente, adequada e eficaz para trabalhar com as necessidades específicas dos(as) estudantes idosos(as), visto que são sujeitos, duplamente, excluídos, “primeiramente, por se encontrar numa faixa etária na qual, de maneira geral, o indivíduo não é mais economicamente ativo e, por outro lado, no caso específico da EJA, por se tratar de um grupo composto por pessoas iletradas, ou que tiveram pouco contato com a escola” (Marques, Pachane, 2010, p. 477), as quais, comumente, advêm de classes sociais marginalizadas e oprimidas, enxergando na EJA uma possibilidade de transformação de suas próprias realidades.

Outro fator que também contribui para o negligenciamento das pessoas idosas na Educação de Jovens e Adultos é a escassez de pesquisas e análises que versem sobre técnicas, métodos e abordagens didático-pedagógicas para o referido público. Este apagamento interfere, diretamente, nas práticas professorais dos(as) docentes, que ficam sem base teórica para o desenvolvimento de suas ações educativas. Portanto, medidas são necessárias para atenuar esta problemática. As universidades e seus pesquisadores(as), por sua vez, têm o dever de articular investigações teóricas e práticas que sigam na compreensão, interpretação e resolução deste problema, o qual está posto, visível e gritante, porém preferimos silenciá-lo, invisibilizando estes sujeitos que já foram, e ainda são, excluídos(as) da sociedade.



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em novas possibilidades educativas para a Educação de Jovens e Adultos tem se demonstrado um exercício primordial para o avanço e democratização da educação pública brasileira. Idealizar mecanismos para a erradicação do analfabetismo requer ir além das políticas de acesso às modalidades educacionais, deve-se estruturar, sobretudo, práticas pedagógicas críticas e reflexivas voltadas à permanência e inclusão das pessoas idosas dentro dos espaços escolares, visto que são as principais vítimas da não escolarização. A EJA deve ser vista como investimento essencial para o desenvolvimento do país, pois além de escolarizar, ela possui a capacidade de inserir seus egressos no mundo do trabalho, tornando estes sujeitos, antes marginalizados, aptos a ocupar inúmeros cargos e empregos no âmbito laboral. Sob uma perspectiva mais humanitária, a Educação de Jovens e Adultos também deve ser um espaço de sociabilidades, de respeito à diversidade, de garantia aos direitos fundamentais e de empatia aos seus semelhantes.

A velhice é uma fase da vida humana que carece ser pensada, paradoxalmente, de forma singular e plural. Singular por ser um período específico, isto é, único, onde as vivências socioculturais e educativas são ímpares, as quais necessitam de um olhar especial referentes às suas particularidades. Plural pela multiplicidade de velhices que o ser humano pode ter. Ao depender do contexto em que o sujeito vive, ele(a) pode envelhecer sob a senilidade ou sob a senescência, isto quem irá determinar são os fatores econômicos, geográficos, culturais, étnicos, sociais, entre outros. O que se sabe é que a velhice deve ser, antes de tudo, pensada, refletida e idealizada, para que não cometamos o erro de negligenciá-la. É preciso estudar, pesquisar e intervir junto com as pessoas idosas acerca da própria velhice, elucidando suas maneiras de aprender, ensinar, sociabilizar, viver, conviver, empoderar-se e se relacionar consigo e com os(as) outros(as), quer seja no âmbito escolar, quer sejam nas demais esferas da vida cotidiana.



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

Sabe-se, portanto, que todas estas questões irão perpassar pela formação inicial e continuada dos(as) professores(as), os(as) quais precisam considerar as múltiplas especificidades de seu público idoso e com/para e por eles(as) fazerem a diferença em suas respectivas realidades. Ademais, compreende-se o currículo dos cursos de formação de professores(as) como um espaço de disputas e manutenção do poder, o qual deverá ser, profundamente, reconsiderado para que novas discussões, paradigmas e epistemologias sejam inseridas nas ementas das disciplinas e, conseqüentemente, nos debates em sala de aula. As reflexões sobre a velhice e as particularidades das pessoas idosas, enquanto alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos, modalidade educativa regulamentada no Brasil, devem atingir a formação inicial e continuada de docentes, que, indubitavelmente, necessitarão idealizar novas práticas pedagógicas inclusivas, críticas e embasadas numa perspectiva antietária e multigeracional.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, S. J. V.; LOPES, T. S.; SILVA, E. J. L. Idosos na Educação de Jovens e Adultos no município de João Pessoa: uma realidade visível. **Revista Comunicações**, Piracicaba, v. 28, nº 1, p. 49-65, 2021. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacoes/article/view/710> Acesso em: 27 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em: 16 dez. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 dez. 2024.



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
 Universidade Federal da Paraíba

BRASIL. **Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Base da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 15 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Estatuto da Pessoa Idosa. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 20 dez. 2024.

EVANGELISTA, Elizângela Fernandes Pereira; OSÓRIO, Neila Barbosa. O idoso na EJA: desafios e enfrentamentos. In: CASTRO, P. A.; SILVA, G. C. C.; SILVA, A. V.; SILVA, G.; CAVALCANTI, R. J. S. (Org). **Escola em tempos de conexões**. 3º v. Campina Grande: Realize Editora, p. 421-437, 2022. Disponível em:
<https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/escola-em-tempos-de-conexoes-3> Acesso em: 20 dez. 2024.

HADJI, Charles. Entre a formação inicial e a formação continuada dos professores: qual conexão? Por uma estratégia de formação continuada, com acompanhamento. In: CANÁRIO, Rui; PIRES, Célia Maria Carolino; HADJI, Charles (Orgs.). **Articulação entre as formações inicial e continuada de professores**. Brasília: Ministério da Educação, p. 167-174, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1c.pdf> Acesso em: 26 dez. 2024.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JOAQUIM, B. S.; OLIVEIRA, W. C.; PESCE, L. Inclusão e letramento digital do idoso na perspectiva da educação ao longo da vida. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/2363/2732> Acesso em: 24 dez. 2024.

LIMA, N. R.; MEDEIROS, E. A.; SARMENTO, M. A. Formação inicial e continuada de professores: tecendo reflexões. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, São Cristóvão – SE, 2012. Disponível em:
<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10181/55/54.pdf> Acesso em: 27 dez. 2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em:



André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 23 nov. 2024.

MARQUES, Denise Travassos; PACHANE, Graziela Giusti. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, nº 2, p. 475-490, 2010. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/89tV66dfsncKzSvxbXcncTH/> Acesso em: 27 dez. 2024.

MEC. Contexto. **Ministério da Educação**, Brasília, 06 de junho de 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/mec/pt-br/pacto-eja/contexto> Acesso em: 16 dez. 2024.

SANTOS, André Luís Nunes. **Letramento Digital de Pessoas Idosas sob a perspectiva da Educação ao Longo da Vida**: intersecções com a Educação Popular. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32086> Acesso em: 24 dez. 2024.

SANTOS, André Luís Nunes; FONSECA, Mônica da Mota. Pessoas idosas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): o uso de Metodologias Ativas como estratégias nos processos de ensino e aprendizagem. In: BRITO, Rayssa Maria Anselmo; SILVA, Eduardo Jorge Lopes (Org.). **Pesquisas em EJA e diversidade**: um panorama atual. 1ª Ed. João Pessoa: Editora UFPB, p. 190-200, 2023. Disponível em:
<https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/1114/1059/12273> Acesso em: 16 dez. 2024.

SANTOS, André Luís Nunes; MACHADO, Aline Maria Batista. Educação Popular, Educação ao Longo da Vida e o Letramento Digital de Pessoas Idosas: entre elos e contradições. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 77, abr./jun. 2024. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/82545> Acesso em: 31 out. 2024

Recebido em: 04/04/2025
Aprovado em: 08/10/2025